

O lado pouco conhecido do Pronaf

Francisco Assis de Brito

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, desde sua criação a partir do Decreto 1.946, de 28.6.1996, é conceituado de diversas formas, ora como uma linha de financiamento a baixos custos, ora como uma ajuda aos prefeitos pelo governo federal, ora como possibilidade de financiamento de projetos de pesquisa; enfim, cada um aplica o conceito que mais lhe convém, porém, sempre longe daquilo que ele realmente é.

Antes de tudo, é importante que todos os que de alguma forma têm interesse na manutenção desse programa conheçam o verdadeiro sentido desse nome, pois o Pronaf, antes de um programa, é uma bandeira do movimento sindical ligado à Contag, que representa no país os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores.

Essa bandeira de luta virou um programa de apoio ao desenvolvimento rural, cuja base é o reconhecimento da capacidade desse segmento de gerar postos de trabalho e renda a baixo custo. O programa deveria ser executado de forma descentralizada e ter como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

O Pronaf vem sendo desenvolvido através de quatro linhas básicas de ação:

- infra-estrutura e serviços de apoio aos municípios;
- financiamento da produção familiar;
- profissionalização de agricultores familiares e
- negociação de políticas públicas com órgãos setoriais.

Entretanto, apesar de parecer óbvio, é importante repetir, para sedimentar-lhe o conceito, que além de uma bandeira de luta de um segmento significativo da população brasileira, o Pronaf deve se constituir num núcleo estratégico de políticas, programas e ações de diferentes agentes, governamentais ou não.

Como já citado, o Pronaf tem sido compreendido por uns, até pelo seu alcance, como uma linha de financiamento para custeio agrícola; por outros, como fonte de recursos para investimento produtivo, isto é, para o investimento individual ou coletivo ligado à sua atividade; para outros é uma fonte fácil e inesgotável de recursos disponíveis para aplicação pelas prefeituras.

Quando se tem um crédito beneficiado em relação à taxa de juros do mercado, a pressão é suficiente para que todos o visem. O crédito de custeio beneficiou significativamente o negócio do fumo e o de investimento atendeu às integrações de carne e leite.

Os prefeitos também não têm agido diferentemente. Os que não tiveram acesso ao Pronaf – Infra-estrutura estão insatisfeitos. Os beneficiados, por seu turno, reclamam da impossibilidade de aplicar os recursos em prioridades nem tão rurais, como recuperação de estradas, pontes e bueiros, além da aquisição de máquinas ou recuperação do telhado da garagem da prefeitura, ações que, a bem da verdade, são todas muito importantes, mas que não passam de obras físicas que às vezes se vão com a próxima enxurrada, e estão longe de constituir uma base para o desenvolvimento rural desejado.

Outro aspecto a ser compreendido, além do objetivo do desenvolvimento, é que este programa foi conquistado com luta e bravura pelos agricultores e é cada vez mais importante que haja uma real participação dos que se esforçaram para consegui-lo, tanto nos conselhos municipais quanto nos demais fóruns de negociação de solução para os problemas da agricultura

familiar.

O objetivo dessas negociações é encaminhar com eficiência as políticas públicas, especialmente articulando os órgãos de governo, o federal, os estaduais e municipais, para que medidas sejam adotadas para atender à realidade da agricultura familiar, algo que nos parece difícil de mudar, pois essa cultura de atuação de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento rural ainda continuará sendo um objetivo relativamente distante.

A negociação de políticas é o planejamento das ações que devem orientar e direcionar as medidas adotadas pelas diversas instâncias de governo para atender às necessidades dos agricultores e de suas famílias. Neste sentido, foram criados, no âmbito do Pronaf, os Conselhos de Desenvolvimento Rural, que devem se constituir no fórum preferencial de discussão dos problemas e de proposição de alternativas para os agricultores familiares.

O Pronaf – Infra-estrutura foi implantado gradativamente em Santa Catarina: em 1996 foram selecionados alguns municípios para sua efetiva implementação em 1997. Em 1997 foram adicionados outros municípios para implementação em 1998, e somente em 1999 é que todos os 57 municípios contemplados assinaram convênio com a Caixa Econômica Federal e receberam os repasses de recursos para aplicação no ano 2000.

Apesar de o Conselho Estadual do Pronaf exigir somente em 1998 que os Planos de Trabalho para a aplicação dos recursos financeiros fossem aprovados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR –, desde 1997 todos os municípios contemplados já passaram a ter tais conselhos.

Ao ser transferido do Ministério da Agricultura e do Abastecimento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa ganhou

Conjuntura

mais força política para a implementação de suas ações e tem-se aproximado dos agricultores familiares provenientes do Programa Nacional de Reforma Agrária, ampliando seus benefícios e integrando as políticas públicas destinadas ao setor rural.

Como resultado dessa unificação, o governo federal lançou, após negociação com os representantes sindicais por ocasião do “Grito da Terra”, um conjunto de políticas direcionadas à agricultura familiar, colocando o pequeno produtor como uma de suas prioridades.

Contudo, uma resistência a ser vencida é a arrogância da sabedoria de quem reside em Brasília. Apesar de todo o discurso da necessidade de descentralização de ações e da delegação de poderes em nível local, as ações não só são coordenadas, mas, definidas de cima para baixo. Estamos no último ano previsto para a aplicação de recursos nos municípios que desde 1997 foram beneficiados com os recursos do Pronaf – Investimento. Apesar de todos os erros que se cometeram e da distância da base de dados utilizada, teima-se em manter aqueles municípios.

Certamente, muitos deveriam permanecer e outros, ser incluídos;

apesar dos discursos, porém, não se cogita na possibilidade de os Conselhos Estaduais encaminharem avaliações que permitam premiar os que fizeram bem o dever de casa. Com as decisões centralizadas, é muito mais fácil sofrer pressão política, tanto que, desde muito, o próprio conceito original de agricultura familiar foi alterado e criou uma situação pela qual o crédito é acessível ao que já o tem, aos que não vão consegui-lo e àqueles, muito grandes, capazes de encontrar parceiros dispostos a lhes oferecer uma integração.

Sem dúvida alguma, o Pronaf – Infra-estrutura beneficiou significativamente as prefeituras com um montante de recursos muitas vezes superior a dois orçamentos mensais, numa época de quase ausência de disponibilidade fiscal para investimento. Mas, a escolha de municípios com critérios como os que se encontraram em Brasília e a demora na formação dos conselheiros provocaram alguns desvios para os quais as entidades devem estar atentas, tentando compreender suas origens.

Há vários exemplos de desvio do uso dos equipamentos disponibilizados pelo programa e até da aplicação de seus recursos, como utilização de máquinas para atender ao meio urbano e uso de equipamentos por instituições

privadas já existentes. Entre outros, o que merece maior importância é a pouca representatividade dos agricultores familiares na composição dos Conselhos Municipais.

Os produtores amparados por esse programa estão diante de alguns outros desafios importantes ligados à sua organização. Eles começam pela necessidade de criar estruturas locais que lhes viabilizem o acesso ao crédito. Este tipo de organização promoveria o planejamento da demanda de crédito, a formação de fundo de aval local e, por conseguinte, significativa redução de custos e de riscos.

Quanto aos custos, parte a sociedade brasileira já absorve através de repasse aos agentes financeiros; quanto ao risco, uma das alternativas certamente é a participação do governo nos fundos de aval locais, seja através de recursos dos municípios, seja do Estado ou da União, alternativa esta que Santa Catarina já discute com relativa seriedade.

Francisco Assis de Brito, economista, Instituto Cepa/SC, Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C.P. 1.587, fone (0XX48) 334-5155, fax (0XX48) 334-2311, 88034-000 Florianópolis, SC, e-mail: fabrito@icepa.com.br.



Seu anúncio na revista Agropecuária
Catarinense
atinge as principais lideranças agrícolas
do Sul do Brasil.
Anuncie aqui e faça bons negócios.